DECRETO Nº 7.988
DE 12 DE JANEIRO DE 2018

***APROVA O REGIMENTO INTERNO DO
CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO –
COMTUR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

PAULO ALEXANDRE BARBOSA, Prefeito
Municipal de Santos, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, criado pela Lei nº 1.732, de 19 de janeiro de 1999, cujo texto faz parte integrante deste decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da publicação.

Registre-se e publique-se.
Palácio “José Bonifácio”, em 12 de janeiro de 2018.

PAULOALEXANDRE BARBOSA
Prefeito Municipal

Registrado no livro competente.
Departamento de Registro de Atos Oficiais do Gabinete
do Prefeito Municipal, em 12 de janeiro de 2018.

THALITA FERNANDES VENTURA MARTINS
Chefe do Departamento

REGIMENTO INTERNO

Art. 1º O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, criado pela Lei nº 1.732, de 19 de janeiro de 1999, é um órgão de caráter consultivo, deliberativo e de assessoramento do Poder Executivo nas questões relativas ao desenvolvimento turístico, constituído de forma bipartite e paritária, composto por representantes do Governo Municipal e de instituições e empresas representativas dos diversos setores da sociedade civil que compõem, direta ou indiretamente, o segmento do turismo.

Art. 2º Cada membro titular do Conselho terá um suplente, que o substituirá, obrigatoriamente, em seus impedimentos ou faltas.

§ 1º Os suplentes terão direito à voz quando na presença dos titulares e, direito à voz e voto quando na ausência daqueles.

§ 2º Em caso de substituição de Conselheiros, sejam titulares ou suplentes, os substitutos ocuparão a vaga pelo tempo complementar ao mandato.

§ 3º Perderá a representação o órgão ou entidade cujo membro faltar a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o ano, sem as devidas justificativas.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, o órgão ou entidade terá o prazo de 15 (quinze) dias para indicar novo membro em substituição a aquele faltoso.

Art. 3º Em caso de vacância da Presidência ou da Vice-Presidência, por qualquer motivo, serão realizadas novas eleições para o período complementar ao mandato, mantendo-se a representatividade anteriormente eleita.

Art. 4º São atribuições do Presidente do COMTUR:

- I** – presidir as assembleias;
- II** – definir a pauta, abrir, orientar e encerrar as reuniões;
- III** – tomar voto, votar e emitir voto de qualidade nos casos de empate;
- IV** – representar o COMTUR em suas relações com terceiros;
- V** – dar posse aos membros do Conselho;

VI – cumprir as determinações soberanas do plenário, oficiando os destinatários e prestando contas de sua agenda na reunião seguinte;

VII – cumprir e fazer cumprir a lei de criação do COMTUR, bem como este Regimento Interno aprovado por maioria absoluta dos seus membros.

Art. 5º São atribuições do Vice-Presidente do COMTUR:

I – substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;

II – ocupar a função de Presidente no caso de vacância, até a realização de eleição no período de 30 (trinta) dias;

III – praticar atos de competência do Presidente nos casos de impedimento deste.

Art. 6º São atribuições dos membros do COMTUR:

I – comparecer às reuniões quando convocados;

II – em votação pessoal, eleger o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Turismo;

III – levantar ou relatar assuntos de interesse turístico;

IV – opinar sobre assuntos referentes ao desenvolvimento turístico do Município ou da Região;

V – constituir Grupos de Trabalho para tarefas específicas, podendo contar com assessoramento técnico especializado se necessário;

VI – cumprir a lei de criação do Conselho, este Regimento Interno e as decisões soberanas do COMTUR;

VII – convocar, mediante assinatura de 1/3 (um terço) dos seus membros a realização de assembleia extraordinária para exame de matéria de interesse geral ou para a destituição do Presidente, Vice-Presidente e membro do Conselho, quando a lei ou este Regimento Interno forem afetados;

VIII – destituir o Presidente, o Vice-Presidente e membro do Conselho ou modificar este Regimento Interno mediante a aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho em assembleia especialmente convocada para esse fim;

IX – decidir sobre casos omissos neste Regimento Interno;

X – votar nas decisões do COMTUR.

Art. 7º O Conselho reunir-se-á em sessão ordinária 01 (uma) vez por mês perante a maioria dos seus membros, ou com qualquer quórum 30 (trinta) minutos após o horário, podendo realizar reuniões extraordinárias ou especiais em qualquer data e local.

Parágrafo único. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples de votos.

Art. 8º As convocações para as reuniões serão enviadas por correio-eletrônico, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, e publicadas no Diário Oficial do Município.

Art. 9º As reuniões e assembleias do COMTUR serão abertas ao público, que terá direito a voz desde que pré-inscritos.

Art. 10. O COMTUR poderá contar com convidados especiais nas reuniões e assembleias, com direito a voz e sem direito a voto.

Art. 11. As reuniões do COMTUR obedecerão à seguinte sequência:

- I** – aprovação da Ata da reunião anterior;
- II** – leitura da correspondência recebida e expedida;
- III** – apresentação de itens específicos ou painéis;
- IV** – abertura da palavra aos membros do Conselho;
- V** – abertura da palavra a convidados do Conselho;
- VI** – abertura da palavra ao público visitante, mediante inscrição prévia;
- VII** – emissão de comunicados da Presidência e dos Conselheiros.

Parágrafo único. Em situações excepcionais, a ordem da pauta poderá ser alterada.

Art. 12. Os casos omissos e dúvidas serão decididos “ad referendum” pelo Presidente, que deverá submeter a questão à homologação dos membros do Conselho na primeira reunião subsequente.